

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 06 de janeiro de 2025 às 08h00*  
*Seleção de Notícias*

## Folha de S. Paulo | BR

### Direitos Autorais

|                                                                  |          |
|------------------------------------------------------------------|----------|
| <b>Ronaldo Lemos O espetacular domínio público de 2025 .....</b> | <b>3</b> |
| <small>RONALDO LEMOS</small>                                     |          |

### Arbitragem e Mediação

|                                                                |          |
|----------------------------------------------------------------|----------|
| <b>Precisamos estimular as conciliações de conflitos .....</b> | <b>5</b> |
| <small>TENDÊNCIAS/DEBATES</small>                              |          |

# Ronaldo Lemos O espetacular domínio público de 2025

RONALDO LEMOS

{O espetacular domínio público de 2025

Quantidade avassaladora de obras virou bem comum de toda a humanidade

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

O passado nunca está morto. Ele não é nem mesmo "passado". A frase de William Faulkner não poderia ser mais adequada para celebrar o domínio público de 2025. Afinal, seu livro *O Som e a Fúria* é uma das obras-primas promovidas ao domínio público nos EUA no último dia 1º de janeiro.

E sempre assim. Logo no primeiro dia do ano, uma quantidade avassaladora de obras tem o prazo de proteção pelo **direito** autoral expirado e se tornam bens comuns de toda a humanidade. Podem então ser livremente publicadas, traduzidas, adaptadas e editadas sem a necessidade de autorização.

Este ano está espetacular. Na literatura, além de Faulkner, temos *Adeus às Armas* de Ernest Hemingway, *Um Quarto Só Seu* de Virginia Woolf e *Colheita Sangrenta* de Dashiell Hammett. O curioso é que o título "*O Som e a Fúria*" é ele próprio uma utilização do domínio público. Faulkner pegou a frase de Shakespeare em *Macbeth*: "A vida... é uma história contada por um idiota, cheia de som e fúria, significando nada". A partir de agora, qualquer pessoa pode fazer com Faulkner o que ele fez com Shakespeare.

Quanto ao cinema, o domínio público deste ano está mais marxista do que nunca. Não no sentido Karl, mas no sentido Groucho. O primeiro filme dos Irmãos Marx, chamado *Os Cocos*, acabou de se tornar bem comum. Vários filmes do Mickey Mouse também entram no domínio público este ano, inclusive a primeira versão do ratinho usando luvas brancas (a primeira versão do personagem, que se tornou livre no ano passado, ainda não usava). O primeiro filme falado de Hitchcock também é nosso agora: *Chantagem e Confissão*.

Outra novidade bombástica é que a primeira versão do marinheiro Popeye juntou-se ao domínio público. Nesta versão, ele já tinha poderes sobre-humanos, mas ainda não comia espinafre. Ele começou a comer espinafre só em 1931, então essa característica do personagem ainda esperará mais dois anos para ser nossa.

Na música, a seleção é de tirar o chapéu. Nada mais, nada menos que a composição de *Um Americano em Paris* de George Gershwin está agora no domínio público. Além dela, a famosíssima composição de *Cantando na Chuva*, o *Bolero* de Ravel e a deliciosa *Ain't Misbehavin'* de Fats Waller.

Já no campo dos fonogramas (as músicas gravadas propriamente ditas), temos *Rhapsody in Blue* de George Gershwin executada pelo próprio e *It Had to Be You* gravada por Marion Harris e a Isham Jones Orchestra.

No Brasil, é ano de festa também. A obra de Oswald de Andrade foi promovida ao domínio público. Dá

Continuação: Ronaldo Lemos O espetacular domínio público de 2025

para fazer o que quiser com o Manifesto Antropofágico, O Rei da Vela, Serafim Ponte Grande e muito mais. Aliás, ter Oswald no domínio público é um luxo para a humanidade. Uma verdadeira celebração das suas ideias: "Só a ANTROPOFAGIA nos une. Tupi or not Tupi, that is the question. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago. Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Comi-o". Desejo muitas

comilanças em 2025!

Já é Oswald de Andrade em domínio público em 2025

Já vem Carmen Miranda em domínio público em 2026 }

# Precisamos estimular as conciliações de conflitos

## TENDÊNCIAS/DEBATES

**Tal** prática pode não apenas reduzir a sobrecarga do Judiciário como atender melhor à população, a partir de soluções mais rápidas de litígios,

Maria Tereza Aina Sadek

Ouvimos com frequência sobre o excesso de acórdãos judiciais tramitando no sistema judiciário brasileiro (segundo o Conselho Nacional de Justiça, eram 84 milhões em 2023), o que pode justificar em parte a também propalada morosidade nas soluções dos conflitos. Faz parte dessa realidade o fato de o Brasil ter a maior quantidade de advogados por habitante do mundo (1 para cada 253 pessoas).

Esses números superlativos não significam o atendimento ao que assegura a Constituição de 1988 quanto ao acesso de todos à Justiça (parágrafo 4º, art.

Maria Tereza Aina Sadek Cientista política, professora sênior da USP dirigiu o Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ na gestão da ministra Carmen Lúcia 153: "a alegação poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual"). Sabe-se que um número restrito de litigantes concentra percentual expressivo dos casos em tramitação.

Mas há um ponto menos explorado nesse cenário complexo: o insuficiente estímulo à conciliação, que poderia não apenas reduzir a sobrecarga do Judiciário mas também atender melhor à população, a partir de soluções mais rápidas de litígios.

De fato, o Poder Judiciário não deve ter monopólio na solução de conflitos, e nem tudo precisa ser resolvido por tribunais.

Têm contribuído nessa direção, entre outros, a Lei de Ação Civil Pública (7.347/85), a Lei de Pequenas Causas (7.244/84), os Juizados Especiais (9.099/95) e as leis de **mediação** (lei 13.140/2015) e de **arbitragem** (lei 9.307/1996).

No entanto, é preciso avançar. Na questão da prioridade à via judicial em detrimento de soluções conciliatórias, é importante analisar o processo de formação dos operadores do direito (juízes, integrantes do Ministério Público, advogados públicos e privados).

Faculdades de direito, mesmo as mais modernas, tradicionalmente valorizam a "cultura da sentença", o procedimento

contencioso para os conflitos de interesse. Trata-se de solução imperativa, defendida por advogados e proferida por um representante do Estado, em que prevalece um jogo de soma zero, a decisão do que é "certo" versus o que é "errado".

A estrutura curricular das faculdades de direito incentiva uma formação baseada em parâmetros adversariais, as decisões impositivas. Em resumo: o melhor advogado é o "pitbull".

Mudanças legislativas e regulatórias não têm tido os impactos pretendidos. Há portaria do MEC obrigando disciplinas de conciliação, e a Resolução 125 do CNJ de 2010 instituiu a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse. Mas tornou-se disciplina optativa, uma resposta "burocrática", não uma efetiva mudança de concepção.

Não há, assim, a ampla disseminação da "cultura da

Continuação: Precisamos estimular as conciliações de conflitos

pacificação", a busca de meios adequados de solução de conflitos, em jogo de "ganha-ganha". Nessa visão, as partes poderiam ser sujeitos, interferindo ativamente para o consenso.

E uma ênfase na convivência, na pacificação, na possibilidade de harmonia.

**Não** há ampla disseminação da 'cultura da pacificação', a busca de meios adequados de solução de conflitos, em jogo de 'ganha-ganha'. Nessa visão, as partes poderiam ser sujeitos, interferindo ativamente para o consenso

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3

**Arbitragem e Mediação**

5